



NATALIDADE

PROPOSTAS

**FÓRUM DOS
DIREITOS
SOCIAIS**
JUVENTUDE EM AÇÃO



**Conselho Económico e Social
PORTUGAL**

OBJETIVOS DA JUVENTUDE PORTUGUESA FNAJ



4 NATALIDADE E DIREITO À FAMÍLIA



1 DIREITOS DA JUVENTUDE



2 ACESSO À HABITAÇÃO



3 TRABALHO DIGNO



12 IGUALDADE E INTERSECCIONALIDADE



14 EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL



19 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL



20 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL



21 SAÚDE SEXUAL E DOS AFETOS



Federação Nacional das Associações Juvenis



Representação política das associações; Organização, promoção e realização de eventos e Realização de ações de formação

- O presente parecer integra os contributos de dirigentes associativos, jovens e conselheiros do CES, entre eles, Tiago Rego, Cátia Camisão, Marco Santos, Cátia Fradique, Rui Rego, Sara Falcão Casaca, Alexandra Silva, António Correia, Jorge Silva, Joana Soares Dias, Anabela Barreira, Gonçalo Marcelo, Joana Silva, João Fernandes, José Janeirinho, Maria Marques, Susana Alves, Tiago Ricardo, Tito Resende.

POR UM COMPROMISSO INTERGERACIONAL PARA MAIS NATALIDADE

A atual crise demográfica que a Europa e Portugal atravessam, comprovada pelos Censos de 2021, que revelaram a perda de 2% da população portuguesa, torna imperiosa a aposta em medidas de estímulo à natalidade.

A ação no domínio da natalidade está profundamente relacionada com a emancipação jovem, cada vez mais tardia, tendo no acesso à habitação e na taxa de desemprego os seus maiores indicadores.

A média de idades de saída da casa dos pais traçada na União Europeia subiu para os 26,4 anos em 2020 e Portugal encontra-se acima deste valor, com uma média de idade a atingir os 30 anos, enquanto na Suécia e Luxemburgo as jovens e os jovens saem com idades de 17 e 20 anos, respetivamente. Já o crescimento da taxa de desemprego jovem, entre o 1.º trimestre 2020 e o período homólogo de 2021, foi de 22,3% até aos 24 anos e de 24,7% até aos 34 anos. Importa referir que este valor é quatro vezes superior ao aumento da taxa de desemprego nacional de 5,9%.

A acentuada precarização das condições sociais e laborais da juventude é um fenómeno estruturante da condição juvenil atual e que tem vindo a dificultar o acesso a outras fases da vida.

É nesta senda que a juventude tem vindo a reclamar por um **compromisso entre gerações**, assente na solidariedade, na responsabilidade e na justiça, com vista ao crescimento harmonioso das nossas comunidades. A capacidade de as gerações comunicarem e valorizarem as ideias mais disruptivas da juventude e as propostas mais ponderadas das gerações mais experientes, determinarão o desenvolvimento de políticas e medidas sustentáveis e saudáveis.

Imbuída deste espírito a Federação Nacional de Associações Juvenis – FNAJ realizou o “Fórum dos Direitos Sociais – Juventude em Ação”, com vista a dar um contributo para a construção das políticas sociais, em linha com a visão das jovens e dos jovens e das suas organizações, bem patente nos 25 Objetivos da Juventude Portuguesa da FNAJ. Para espoletar a discussão, este momento de reflexão contou com as intervenções do Presidente do Conselho Económico e Social – CES, Francisco Assis, da Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Natalidade do CES, Ana Drago, e demais conselheiras e conselheiros deste órgão de concertação social, do qual a FNAJ é membro, dando voz às causas e prioridades das jovens gerações.

Tiago Manuel Rego
Presidente da Direção FNAJ



1. IGUALDADE, INCLUSÃO E INTERGERACIONALIDADE

- Assegurar um Rendimento Básico Incondicional (RBI)¹;
- Definir a idade jovem até aos 35 anos para todos os programas, medidas e leis, face à emancipação tardia da juventude portuguesa;
- Criar uma Comissão Parlamentar para a Justiça e Solidariedade Intergeracional, que auxilie a Assembleia da República nas decisões de médio e longo prazo, monitorizando e avaliando a equidade nas respostas do Estado a todas as faixas da população, garantindo a sustentabilidade do Estado Social;
- Facilitar o processo de aquisição do estatuto de cuidador informal e elevar os valores a auferir por esta função social;
- Efetivar uma plena igualdade de direitos entre mulheres e homens no que toca à criação de condições para uma real partilha de responsabilidades parentais.

2. HABITAÇÃO E MOBILIDADE

- Garantir que o novo edificado urbano só é licenciado se 10% desse imóvel for vendido a preços controlados a jovens famílias;
- Reabilitar património devoluto a fim de o disponibilizar com rendas controladas a jovens;
- Garantir rendas controladas de casas, através da aposta no parque habitacional público;
- Criar tarifas familiares de luz, água e gás, ajustadas aos rendimentos e número de filhos por agregado familiar;
- Apostar em cidades amigas da família privilegiando e criando mais espaços verdes, lúdicos e vias pedonais/cicláveis;
- Tornar gratuitos os transportes públicos, municipais e nacionais, para todas as pessoas jovens.

¹ ■ Um dos fatores que pesam muito na decisão de se ter um filho é a falta de segurança económica. Esse problema afeta evidentemente todos aqueles que estão em situação de risco de pobreza ou exclusão social, mas também quem se encontra em situação de precariedade laboral (sendo que no que diz respeito a estes dados Portugal estava no topo da OCDE antes da pandemia, com 22% de contratos temporários). Este problema é ainda agravado quando ambos os membros do casal são obrigados a trabalhar dado o nível baixo dos salários em Portugal. Neste contexto, as políticas que visem fomentar a natalidade devem, entre outras coisas, promover a disponibilidade e segurança do rendimento e, preferencialmente, não o fazer depender da necessidade de trabalhar, caso contrário este problema dificilmente será ultrapassado.

Estudos sobre o efeito deste tipo de medidas na natalidade, incluindo a do dividendo social atribuído no Alasca (Cowan e Douds, 2019; Cowan e Douds, 2020) mostram que este traduz-se, por exemplo, num aumento da natalidade, tendo um maior impacto nas mulheres de baixos rendimentos, contribuindo por isso para diminuir a desigualdade e aumentar a autonomia. Em Portugal, está a ser preparado um projeto piloto para testar o RBI em Alcácer do Sal e algumas candidaturas autárquicas (incluindo a plataforma “Mais Lisboa” que inclui o PS e o LIVRE) incluem igualmente projetos de RBI nos seus programas.



3. SAÚDE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- Viabilizar apoios para tratamentos de fertilidade de casais jovens;
- Incluir profissionais de psicologia nas consultas de planeamento familiar, que abordem, entre outros tópicos, as questões e os papéis de género;
- Tornar gratuitas as sessões de apoio e terapia familiar para jovens famílias, fortalecendo a estrutura e gestão familiar;
- Garantir um acompanhamento nutricional equilibrado às crianças do primeiro e segundo ciclo, garantindo uma alimentação sustentável, saudável e justa;
- Incrementar as atuais consultas de planeamento familiar renomeando-as e desconstruindo-as para consultas de saúde sexual, dirigidas a ambos os sexos;
- Promover a economia circular através do incentivo à implementação de lojas de roupa e objetos em segunda mão, promovendo a consciência ambiental para a sustentabilidade e a poupança económica.

4. EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E ACESSO AO TRABALHO DIGNO

- Reduzir o horário laboral para 30 horas (6h diárias) ou redução para 4 dias semanais²;
- Potenciar a flexibilidade dos horários laborais, mas garantindo o efetivo direito a desligar;
- Garantir que as profissões científicas, ligadas ao conhecimento e educação, têm assegurados os seus direitos elementares (subsídio de desemprego, etc.);
- Alargar a licença de parentalidade, cuja conciliação entre os pais deve ser intransmissível, de forma a garantir a efetiva paridade e o direito à masculinidade cuidadora;
- Garantir que na graduação académica, pós Bolonha, o apoio aos mestrados é assegurado, quer por via da isenção de propina, quer por bolsas de apoio ao Mestrado, por forma a que este encargo não recaia sobre as jovens famílias³.
- Reconhecer e valorizar empresas amigas da família através da atribuição de benefícios fiscais às empresas que promovam a flexibilidade de horário, a redução progressiva da jornada de trabalho e a possibilidade de teletrabalho às jovens famílias.

² ■ “Joana Nabais Ferreira Espanha, Japão, Islândia... Semana de quatro dias de trabalho começa a ganhar adeptos”, in: *O Eco* (10 de julho de 2021): <https://eco.sapo.pt/2021/07/10/espanha-japao-islandia-semana-de-quatro-dias-de-trabalho-comeca-a-ganhar-adeptos/>

³ ■ Governo já admite discutir no âmbito do Orçamento de Estado o alargamento da ação social às pós-graduações, uma vez que terminam os mestrados integrados e a prossecução de estudos depende, em muitos casos, do apoio social. “Governo vai aumentar valor das bolsas de mestrado”, in: *Jornal de Notícias* (29 de agosto de 2021): <https://www.dn.pt/sociedade/governo-vai-aumentar-valor-das-bolsas-de-mestrado-14070500.html>



**FÓRUM DOS
DIREITOS
SOCIAIS**



4.SET

EVENTO ONLINE

2021

CES



Conselho Económico e Social
PORTUGAL